



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27
Rua Emílio Baião, s/n Centro 64.775-000

Edital de Licitação

Processo nº 025/2026
Procedimento nº 008/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

O **MUNICÍPIO DE BONFIM DO PIAUÍ -PI**, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DADOS DO CERTAME	
Órgão Solicitante: MUNICÍPIO DE BONFIM DO PIAUÍ – PI	
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de fardamento institucional e camisas destinadas às campanhas, programas, ações educativas, eventos institucionais e demais atividades desenvolvidas ao longo do exercício anual, visando atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais do Município do Município de Bonfim do Piauí – PI.	
Esclarecimentos: Até 15/07/2026 às 23:59 Horas, no campo específico do sistema Portal de Compras Publicas	
Impugnações: Até 15/07/2026 às 23:59 Horas, no campo específico do sistema Portal de Compras Publicas	
Início da Sessão Eletrônica: 20/07/2026 às 14:01 Horas	
Sistema Eletrônico Utilizado: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM DO PIAUÍ -PI. Endereço para retirada do Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br e sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb	
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	☐ Valor Total: ☒ Estimado ☐ Máximo ☐ Referência ☐ Orçamento Sigiloso.
NATUREZA DO OBJETO:	☐ AQUISIÇÃO ☒ SERVIÇO ☐ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	☒ Licitação Exclusiva para ME/EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 ☐ Licitação com itens/lotes exclusivos para ME/EPP e Ampla Participação – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 ☐ Licitação de Ampla Participação.
Prazo para envio da proposta/documentação: até 16/07/2026 às 14:00 Horas	
INFORMAÇÕES	
Pregoeiro: José Paulo Cavalcanti Coutinho	e-mail: licitacaobonfimpi2025@gmail.com
Endereço: Rua Emilio Baião, S/n Centro , Cep: 64.775-000	



Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF.**

OBS N° 01: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

OBS N° 02. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e vincularão os participantes e a administração.

PARTE ESPECÍFICA

**As seguintes Definições da Parte Específica deverão complementar, suplementar ou modificar as informações constantes na Parte Geral.
Havendo divergência entre as informações constantes na Parte Geral e as Definições da Parte Específica prevalecerão as últimas.**

Número do Item da Parte Geral.	Definições da Parte Específica.
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	☒ POR GRUPO ☐ POR ITEM ☐ POR GRUPO, para o(s) grupos: _____ e POR ITEM, para os itens: _____, observadas as condições definidas neste Edital e anexos. ☐ GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES	☒ MENOR PREÇO: Intervalo de R\$ 0,01 ☐ MAIOR DESCONTO: Intervalo de %
CONSÓRCIO	☐ Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no item 9.8 e seus subitens da Parte Geral deste Edital. ☒ Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
MODO DE DISPUTA	☒ ABERTO ☐ ABERTO E FECHADO
DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA	A entrega/prestação do objeto desta licitação deverá ser no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ordem de fornecimento/serviço.



CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO	☒ Comprovante, na forma da lei, de registro ou arquivamento na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso, do: ☐ patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. ☐ capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. ☐ patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. ☐ capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. ☒ Não haverá exigência quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:	☒ NÃO ☐ SIM – Prazo para entrega da amostra: ____ dias úteis, a contar da convocação, conforme item ____ do Termo de Referência.
VISITA TÉCNICA:	☒ NÃO ☐ SIM, na forma do item ____ do Termo de Referência.
ANEXOS	Integram este Edital, e dele fazem parte, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos:
OBSERVAÇÕES	-

PARTE GERAL

DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição do objeto descrito no campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.1. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras Públicas e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.



2. A Parte Específica determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

2.1. MENOR PREÇO POR GRUPO (grupo de itens): Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.2. MENOR PREÇO POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. MENOR PREÇO POR GRUPO e POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem de seu interesse. Em se tratando de GRUPO, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.4. MENOR PREÇO GLOBAL.

3. A Parte Específica determinará o critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

3.1. A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6. No campo DADOS DO CERTAME deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o valor total da contratação.

6.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente processo licitatório correrão à conta de recursos consignados no orçamento municipal: FPM / FME / FMS / FMAS / ICMS / RECURSOS PRÓPRIOS.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, previamente credenciadas no Portal de Compras Públicas - e no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

7.1. Será adotada a exclusividade à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e Microempreendedor Individual - MEI, nos itens de contratação de compras ou serviços cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.



7.3. licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.5. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas pelo e-mail: falecom@portaldecompraspublicas.com.br, ou através do sítio: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9. Não poderão participar deste Pregão:

9.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

9.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

9.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

9.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.

9.5. quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14º da lei nº 14.133/21;

9.5.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 14º da lei nº 14.133/21 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

9.6. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;



9.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

9.8. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

9.8.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

9.8.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

9.8.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

9.8.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

9.8.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

- a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;
- b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 7.8.4.

9.8.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

9.8.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

9.8.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no item 7.8.1;

9.8.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio.

DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10. A licitante deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.



10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sob pena de não aceitação, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item; Descrição detalhada do objeto, contendo as informações de prazo de entrega do bem/serviço licitado, obrigando-se o proponente, nesse caso, a entregar o produto de acordo com as exigências do Edital;

10.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.1.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.1.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor com no máximo 2 (duas) casas decimais após a virgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida na Parte Específica deste Edital.

10.2.1. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

10.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

10.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.8. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.



11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

11.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial inicial, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, seguros etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante antes da fase de lances.

11.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.

12. As propostas, sob pena de desclassificação, terão validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida neste Edital, salvo disposição em contrário na Parte Específica do Edital.

12.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

13. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

14. Os licitantes participantes deste certame deverão apresentar, juntamente com a proposta inicial, para efeito de pré qualificação da proposta, o recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, de um por cento do valor global desta licitação, conforme as modalidades previstas no art. 96 da Lei 14.133, como condição de classificação de sua proposta no julgamento a ser realizado antes da rodada de lances, ficando a cargo do licitante a escolha no tocante à qual modalidade de garantia irá escolher no momento de sua formalização.

14.1. Os casos de devolução da garantia realizada na modalidade prevista no art. 96, § 1º, I da Lei 14.133/2021, serão resolvidas e sanadas nos termos do art. 100 da mesma Lei, ficando estabelecido o prazo máximo de trinta dias, logo após a assinatura do termo contratual, os casos de licitantes não vencedores do certame.

14.2. A não apresentação da exigência acima, acarretará a desclassificação da proposta inicial apresentada.

DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.



15.1. Os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

15.2. Aberta a sessão pública virtual do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

15.3. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

16. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

17. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

17.1. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do Chat e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

18. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

18.1. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

18.1.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

19. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

19.1. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU n.º 934/2007- 1.ª Câmara).

DA FORMULAÇÃO DE LANCES

20. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.



20.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

21. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema. e conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.

22. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

23. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

24. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

24.1. Na fase competitiva, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a 3 (três) segundos (IN nº 3/2013-SLTI/MP).

25. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

26. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

27. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

28. A Parte Específica definirá o modo de disputa, que poderá ser:

28.1. Modo de Disputa Aberto:

28.1.1. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico quando o modo de disputa for “aberto”, apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.

28.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

28.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

28.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



28.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

28.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado:

28.2.1. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

28.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

28.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

28.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

28.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

28.2.6. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

28.2.7. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

29. O intervalo de diferença entre os lances será definido na Parte Específica.

DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

30. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

30.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que,



atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

30.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

30.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

30.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

30.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

DA NEGOCIAÇÃO

31. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

32. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital.

32.1. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo **de 02 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Portal de Compras Públicas. **Não será permitido o encaminhamento por e-mail**, exceto se **expressamente** determinado pelo Pregoeiro.

32.2. A Proposta de Preços deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, “Word”, “Excel”, “Adobe Reader” ou “BROffice”, podendo ainda ser compactado a critério do licitante.

32.3. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.



32.4. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados: Ao Município de Bonfim do Piauí – PI, situada à Rua Emílio Baião, S/N Centro.

32.5. Demais documentos e/ou exigências estarão dispostos na Parte Específica deste Edital.

33. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

34. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

34.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

34.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

34.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

34.2.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

34.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.

34.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

34.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



34.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

34.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

DA HABILITAÇÃO

35. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

35.1. PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS;

35.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

35.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

35.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

35.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

35.3.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

35.3.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

35.3.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

36. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

36.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no



cadastro no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICA até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

36.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICA para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

36.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

36.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo designado no campo **“DADOS DO CERTAME”**, sob pena de inabilitação.

37. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

37.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para o Município de Bonfim do Piauí – PI, sito à Rua Emílio Baião, S/N, Centro Bonfim do Piauí, CEP: 64.775-000, Estado do Piauí.

38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

39. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

39.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

40. Ressalvado o disposto no **item 8.5**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

41. Habilitação jurídica:

41.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, juntamente com documento de identificação do Empresário;



41.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

41.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus sócios;

41.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

41.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

41.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

41.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

41.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2017 (arts. 17 a 19 e 165).

41.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

41.10. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

41.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

42. Regularidade fiscal e trabalhista:

42.1. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, atualizada, ou seja, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias, de antecedência da data de abertura das Propostas;

42.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



42.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com a finalidade de análise da empresa com suas obrigações sociais referente aos empregados dessa empresa;

42.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e Certidão Negativa de Débitos do Ministério do Trabalho, nos termos da Portaria MTE 1.421, de 12 de setembro de 2014;

42.5. Ficha Cadastral de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, emitida até 30 (trinta) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade;

42.6. prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

42.7. prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos a Certidão Negativa de Débitos Municipais e a Dívida Ativa relativo ao ISS/TLF;

42.8. quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

43. Qualificação Econômico-Financeira:

43.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em nome da empresa licitante.

43.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

43.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis conforme art. 69, I da Lei 14.133/2021, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Tais documentos terão que estar devidamente autenticado e registrado na Junta Comercial do Respectivo Estado, devidamente acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, que comprova a regularidade do Contabilista nos termos do art. 28, da Resolução CFC nº 1363/11. Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



43.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional – DHP e o Certificado de Regularidade do Contabilista da Licitante;

43.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

43.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

43.2.4. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis o Certificado de Regularidade do Contabilista da Licitante, com finalidade específica para editais de licitação, expedido pelo Conselho Regional de Contabilidade e ou emitido pelo site oficial, em validade.

43.3. O balanço patrimonial disponível no Portal de Compras Públicas ou enviado no lançamento da proposta, deverá comprovar:

43.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1;

43.3.3. A empresa deverá apresentar memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, aplicando fórmulas dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), extraídos do último balanço.

43.4. A Parte Específica discriminará a exigência ou não de Patrimônio Líquido ou Capital Social.

44. Qualificação Técnica:

44.1. Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, acompanhado do devido contrato, publicação em meio oficial e nota fiscal/fatura referentes ao atestado supracitado. Tratando-se de Atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, a empresa deverá apresentar atestado com reconhecimento de firma. É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos/serviços a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

45. Outras Comprovações:

45.1. Declaração de localização e funcionamento, acompanhada de no mínimo três fotografias, que indique todos os dados pertinentes, tais como endereço, cidade, estado, CEP, ponto de



referência e telefone, visando dar ciência e certeza da parte estrutural e logística do licitante em face da possível execução do objeto.

46. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

46.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

46.2. A pequena ou micro empresa deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que contenha alguma restrição ou esteja com a validade vencida e, caso seja declarada vencedora, ser-lhe-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias para saneamento do defeito.

46.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

47. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

48. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

49. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

50. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

51. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.



51.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

52. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

DA AMOSTRA

53. A exigência de amostra será aquela discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

DA VISITA TÉCNICA

54. A exigência de visita técnica será discriminada na **Parte Específica** deste Edital.

54.1. O atestado de vistoria, caso exigido, poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

DO RECURSO

55. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **10 minutos**, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

55.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

55.1.1. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

55.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

55.3. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

56. Para efeito do disposto no 165 da Lei n.º 14.133/2021, fica à vista dos autos do processo administrativo em epígrafe, franqueada aos interessados.

57. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.



58. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

59. A sessão pública poderá ser reaberta:

59.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

59.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

59.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

59.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

59.5. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

60. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

61. A homologação deste **Pregão** compete a Autoridade Competente do Órgão Requisitante.

62. A licitante vencedora do item/grupo deverá providenciar o seu cadastramento junto ao Setor de Cadastro da Central Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da Adjudicação, objetivando-se agilizar os procedimentos de Contratação/Emissão de Nota de Empenho.

DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

63. Depois de homologado o presente certame, o **fornecedor beneficiário** será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



64. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo **fornecedor registrado** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

65. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **fornecedor registrado** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão Contratante.

65.1. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Portal de Compras Públicas e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

66. O **prazo do contrato será de 12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021

DAS SANÇÕES

67. A **licitante** será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Município de Bonfim do Piauí-PI e será descredenciado no cadastro de fornecedores da Prefeitura, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

67.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

67.2. Na aplicação das sanções serão considerados:



- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

67.3. A sanção prevista no inciso I do item 67.1, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

67.4. A sanção prevista no inciso II do item 67.1, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

67.5. A sanção prevista no inciso III do item 67.1, deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

67.6. A sanção prevista no inciso IV do item 67.1 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

67.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 67.1 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

67.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 67.1 deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

67.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

67.10. A aplicação das sanções previstas no item 67.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

67.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 67.1 deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



67.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 67.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

69. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”**.

70. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

71. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”**.

72. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Pregoeiro será auxiliado pelo setor técnico competente.

73. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

73.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

74. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e no site da CPL e vincularão os participantes e a Administração.

DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

75. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I, do presente Edital.

DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

76. Do Reajustamento Em Sentido Geral.

76.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

76.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da



data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da assinatura do contrato.

76.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da inicial e de acordo com a vigência do contrato.

76.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

76.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

76.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

77. Da Execução, Gestão E Fiscalização Do Contrato

77.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

77.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

77.2.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

77.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

77.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



77.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

77.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

77.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

77.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

77.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

77.6.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

77.6.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

- I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;
- II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;
- IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
- V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

77.6.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.

77.6.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.



77.6.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

78. Das Obrigações Do Contratante

78.1. São obrigações da contratante:

78.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

78.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

78.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

78.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

78.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

78.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

78.2. Das Obrigações Do Contratado.

78.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

78.2.2. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

78.2.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca.

78.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

78.2.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;



78.2.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

78.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

78.2.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

78.2.9. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

78.2.10. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnicas vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

79. DO PAGAMENTO

79.1. O fornecimento será realizado mensalmente, de acordo com a demanda da Prefeitura Municipal de Bonfim do Piauí-PI.

79.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

79.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

79.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.

79.4.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

79.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

79.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



79.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

79.8. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9º da Medida Provisória no 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

79.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

79.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

DISPOSIÇÕES FINAIS

80. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

80.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

80.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

81. É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

82. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

83. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.



84. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

85. Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do TERMO DE REFERÊNCIA e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

86. Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do CPL, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

87. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/>.

88. Os licitantes ficam informados sobre os termos da **Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)**, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, **ao constante no art. 5.º, inciso IV**, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

89. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

89.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

89.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

89.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

DOS ANEXOS

90. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

90.1. Anexo I - Termo de Referência;

90.2. Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

90.3. Anexo II - Minuta do Contrato;

DO FORO

91. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27
Rua Emílio Baião, s/n Centro 64.775-000

Bonfim do Piauí-PI, 03 de julho de 2026.

José Paulo Cavalcanti Coutinho
Pregoeiro

MENSAGEM

RECOMENDAMOS AOS INTERESSADOS QUE FAÇAM O CADASTRAMENTO DE SUAS EMPRESAS NO SISTEMA, NO ENDEREÇO ABAIXO, PARA RECEBEREM INFORMAÇÕES E ACOMPANHAREM O DESENVOLVIMENTO DESTA LICITAÇÃO.
www.portaldecompraspublicas.com.br



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a **Contratação de empresa para o fornecimento de fardamento institucional e camisas destinadas às campanhas, programas, ações educativas, eventos institucionais e demais atividades desenvolvidas ao longo do exercício anual, visando atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais do Município de Bonfim do Piauí – PI**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

O fornecimento compreenderá peças confeccionadas em tecidos de qualidade compatíveis com a finalidade de uso, observando rigorosamente as especificações técnicas, padrões de acabamento, cores, tamanhos, personalizações e demais características estabelecidas pela Administração Municipal.

As peças deverão ser produzidas utilizando matérias-primas novas, sem qualquer tipo de reaproveitamento, garantindo conforto, resistência, durabilidade, boa apresentação visual e adequação às atividades desempenhadas pelos servidores municipais, colaboradores, participantes de programas institucionais e usuários das ações promovidas pelo Município.

A contratação contempla a confecção e o fornecimento de diversos modelos de vestuário institucional, destinados às Secretarias Municipais, podendo ser utilizados em ações permanentes, campanhas educativas, atividades esportivas, eventos culturais, programas sociais, atividades de saúde pública, educação, assistência social, agricultura, administração, obras, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, atenção básica, programas federais, estaduais e municipais, bem como demais demandas administrativas existentes durante a vigência contratual.

Todos os produtos deverão ser entregues devidamente confeccionados, personalizados, embalados individualmente quando necessário, livres de defeitos de fabricação e em conformidade com as artes, layouts, logomarcas, inscrições e demais elementos gráficos fornecidos pela Administração Municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade contínua da Administração Municipal de garantir a adequada identificação visual dos servidores, colaboradores, profissionais vinculados aos diversos programas públicos e participantes das ações desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

O uso de fardamento institucional representa importante instrumento de padronização administrativa, fortalecimento da identidade institucional, valorização do serviço público e melhoria da comunicação visual entre o Poder Público e a população.

Além da identificação funcional dos servidores, diversas campanhas educativas, programas sociais, ações de saúde, eventos esportivos, projetos educacionais, atividades culturais e eventos



oficiais exigem a utilização de camisetas e vestimentas padronizadas, permitindo maior organização, segurança, identificação dos participantes e fortalecimento das políticas públicas desenvolvidas pelo Município.

A contratação também atende às necessidades decorrentes da realização de campanhas nacionais e estaduais, tais como campanhas de vacinação, combate às arboviroses, Outubro Rosa, Novembro Azul, campanhas educacionais, atividades da assistência social, eventos escolares, ações ambientais, atividades esportivas e demais eventos promovidos ao longo do exercício.

Considerando que as demandas ocorrem durante todo o ano e envolvem diversas Secretarias Municipais, mostra-se mais vantajosa a realização de procedimento único para atendimento global das necessidades da Administração, proporcionando economia de escala, uniformização dos materiais, maior eficiência logística e redução dos custos administrativos.

A contratação está alinhada ao planejamento anual da Administração Pública, às necessidades permanentes das Secretarias Municipais e ao interesse público, possibilitando o adequado desenvolvimento das atividades institucionais durante toda a vigência contratual.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Administração Municipal desenvolve continuamente ações institucionais, campanhas educativas, programas governamentais, eventos oficiais, atividades esportivas, projetos culturais, ações de saúde pública, educação, assistência social e diversas iniciativas voltadas ao atendimento da população.

Para a adequada execução dessas atividades, torna-se indispensável a utilização de vestuário padronizado, permitindo a identificação imediata dos servidores, equipes técnicas, profissionais de saúde, educadores, agentes públicos, colaboradores e participantes das ações promovidas pelo Município.

A utilização de fardamento institucional contribui significativamente para a organização dos serviços públicos, transmite maior credibilidade perante a população, fortalece a identidade visual da Administração e proporciona melhores condições para o desenvolvimento das atividades laborais.

Além do aspecto institucional, a padronização das vestimentas favorece a segurança dos usuários dos serviços públicos, facilita a identificação das equipes durante eventos e campanhas e melhora a comunicação entre Administração e comunidade.

A contratação também busca assegurar maior durabilidade das peças utilizadas pelos servidores, evitando aquisições emergenciais, compras fragmentadas e custos adicionais decorrentes de sucessivas contratações durante o exercício.

Outro aspecto relevante refere-se à economicidade obtida mediante contratação única para atendimento de todas as Secretarias Municipais, permitindo maior competitividade entre os licitantes, redução dos preços unitários, racionalização das aquisições e melhor planejamento da gestão pública.



Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, conveniente e plenamente compatível com o interesse público, garantindo o atendimento eficiente das demandas institucionais do Município de Bonfim do Piauí – PI.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de fardamento institucional, compreendendo a confecção, personalização e entrega dos produtos, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas pela Administração Municipal.

O fornecimento abrangerá camisas em diversos modelos, camisas polo, camisetas promocionais, conjuntos esportivos, coletes, aventais, calças, macacões, toucas e demais peças constantes da relação de itens, produzidas em tecidos apropriados para cada finalidade.

As peças deverão ser confeccionadas mediante processo industrial, utilizando tecidos de primeira qualidade, linhas resistentes, costuras reforçadas, acabamentos adequados, impressão em silk screen, sublimação ou bordado, conforme especificação de cada item.

As artes, logomarcas, inscrições, brasões, campanhas e demais elementos gráficos serão fornecidos pela Administração Municipal sempre que houver necessidade de personalização.

A empresa contratada deverá possuir estrutura técnica capaz de atender simultaneamente às demandas das diversas Secretarias Municipais, respeitando os prazos estabelecidos e mantendo padrão uniforme de qualidade durante toda a execução contratual.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme emissão das Autorizações de Fornecimento expedidas pela Administração, permitindo maior controle dos quantitativos efetivamente utilizados e evitando formação de estoques desnecessários.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS

Todos os produtos objeto da contratação deverão ser confeccionados em conformidade com as especificações constantes da planilha de itens, observando rigorosamente as características de cada peça, quanto ao tipo de tecido, gramatura, acabamento, modelagem, costuras, personalização, cores e demais requisitos técnicos definidos pela Administração Municipal.

Os tecidos empregados deverão apresentar qualidade compatível com a utilização contínua, proporcionando conforto térmico, resistência ao desgaste, estabilidade dimensional, boa respirabilidade, facilidade de higienização e durabilidade, sendo vedada a utilização de materiais reciclados, reaproveitados, defeituosos ou que apresentem qualquer comprometimento de qualidade.

As costuras deverão ser reforçadas, uniformes e executadas em máquinas industriais apropriadas, utilizando linhas resistentes e acabamento compatível com o uso diário das peças. Não serão admitidas peças contendo fios soltos, desfiamentos, manchas, defeitos de tingimento, costuras tortas, falhas de impressão, rasgos, deformações ou qualquer outro vício de fabricação.



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27
Rua Emílio Baião, s/n Centro 64.775-000

As estampas poderão ser confeccionadas em silk screen, sublimação, DTF, bordado computadorizado ou outro processo que apresente qualidade igual ou superior, conforme especificação de cada item e definição da Administração Municipal.

As peças deverão possuir excelente acabamento, apresentando perfeita centralização das artes, padronização das cores institucionais, fidelidade às logomarcas fornecidas pelo Município e alta resistência às lavagens, não sendo admitidos desbotamentos prematuros, rachaduras nas estampas ou desprendimento de bordados.

Sempre que solicitado, a empresa deverá confeccionar as peças em modelagem masculina, feminina, infantil ou unissex, observando rigorosamente as medidas definidas pela Administração.

Os tamanhos deverão atender, no mínimo, às seguintes numerações:

- Infantil: 02 ao 16;
- Adulto: PP, P, M, G, GG, XG, EXG e superiores, quando solicitado.

A distribuição dos tamanhos será informada pela Administração no momento da emissão de cada autorização de fornecimento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	V. MEDIO	V. TOTAL
1	Camisa Gola Polo Manga Curta(Malha PV) com Pintura de Cores Variáveis Gramatura 175/67% Poliéster e 33%Viscose (tamanhos variados)	250	UND	39,10	9.775,00
2	Camisa Gola Polo Manga Curta(Malha Pique) com Pintura de Cores Variáveis Gramatura180/60% Poliéster e 40%Algodão (tamanhos variados)	250	UND	39,10	9.775,00
3	Camisa Manga Longa com Pintura de Cores Variáveis (Malha PV) Gramatura 175/67% Poliéster e 33%Viscose (tamanhos variados)	200	UND	87,72	17.544,00
4	Blusas para Eventos, cor Branca (Malha PP) com Pintura Gramatura 180/100%Poliéster (tamanhos variados)	400	UND	31,85	12.740,00
5	Blusas para Eventos de Cores Variáveis (Malha PV) com Pintura Gramatura 175/67% Poliéster e 33%Viscose (tamanhos variados)	400	UND	28,43	11.372,00
6	Colete Simples com Pintura de Cores Variáveis (Helanquinha) Gramatura 165/100% poliéster (tamanhos variados)	200	UND	27,08	5.416,00
7	Colete Duplo com Pintura de Cores Variáveis (Helanquinha) Gramatura 165 /100% poliéster (tamanhos variados)	80	UND	39,75	3.180,00
8	Conjunto para Capoeira (Calça e Blusa) com Pintura Helanca Grossa e Malha 100%Poliéster (tamanhos variados)	100	UND	84,90	8.490,00
9	Avental para programas da Assistência Social e Merendeiras da Educação	500	UND	19,99	9.995,00
10	Conjunto para Fardamento Blusa com Pintura Helanca e Malha 100%Poliéster (tamanhos variados)	1500	UND	46,60	69.900,00
11	Conjunto para Fardamento (Short e Blusa) com Pintura Helanca e Malha 100%Poliéster (tamanhos variados)	300	UND	33,33	9.999,00
12	Calças de Tecido com Pintura Brin Santista 67%Poliéster e 33%Algodão (tamanhos variados)	60	UND	63,00	3.780,00
13	Colete de tecido com Pintura Brin Santista 67%Poliéster e 33%Algodão (tamanhos variados)	60	UND	76,36	4.581,60
14	MACACÃO OPERACIONAL PADRÃO SAMU 192, COM IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E PERSONALIZAÇÃO: Macacão tático confeccionado em tecido tipo rip stop ou brim pesado (mínimo 67% poliéster e 33% algodão ou equivalente), gramatura mínima de 200 g/m², com mangas longas e fechamento frontal em zíper reforçado com proteção. Possui faixas refletivas de alta visibilidade conforme normas técnicas, distribuídas no tórax, braços e pernas. Contém no mínimo 02 bolsos superiores, 02 inferiores e 01 traseiro, todos com fechamento seguro, além de reforço nos joelhos e cotovelos. Apresenta ajustes na cintura e punhos, gola estruturada e modelagem ergonômica. Deve conter bordado frontal e traseiro "SAMU 192", tarjeta de identificação	30	UND	562,48	16.874,40



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27
Rua Emílio Baião, s/n Centro 64.775-000

	do profissional (nome e função) e indicação do grupo sanguíneo e fator RH em local visível. Cor padrão azul-marinho. Tamanhos variados (PP ao GG), conforme demanda da Administração.				
15	CAMISETA MANGA CURTA PARA USO OPERACIONAL – VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Camiseta confeccionada em malha de alta qualidade, tipo algodão ou mistura poliéster/algodão (mínimo 50% algodão), com gramatura mínima de 150 g/m², proporcionando conforto térmico e resistência ao uso contínuo. Modelo com mangas curtas, gola careca em ribana ou acabamento reforçado, costuras duplas ou reforçadas. Deverá conter estampa ou bordado frontal e/ou traseiro com identificação institucional “VIGILÂNCIA SANITÁRIA”, conforme padrão definido pela Administração. Cor padrão a ser definida pela Secretaria (preferencialmente branca, azul ou outra cor institucional). Tamanhos variados (PP ao GG ou superior), conforme demanda. O produto deverá apresentar boa durabilidade, resistência a lavagens frequentes e manutenção das características originais.	20	UND	56,18	1.123,60
16	CAMISETA DE ALGODÃO PADRÃO SAMU 192: Camiseta confeccionada em malha 100% algodão ou composição mínima de 85% algodão, com gramatura mínima de 150 g/m², proporcionando conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo. Modelo com mangas curtas, gola careca em ribana com elastano e reforço interno, costuras duplas reforçadas. Deverá conter estampa ou bordado com identificação institucional “SAMU 192” na parte frontal e/ou traseira, conforme padrão visual definido pela Administração. Cor padrão azul-marinho, branca ou conforme padronização oficial do SAMU. Tamanhos variados P, M, G e GG, conforme demanda da Secretaria de Saúde. O produto deverá apresentar acabamento de qualidade, resistência a lavagens frequentes e manutenção das características originais (cor, formato e estampa)	30	UND	75,80	2.274,00
17	CAMISETA MANGA LONGA PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS): Camiseta confeccionada em malha de alta qualidade, preferencialmente 100% algodão ou composição mínima de 85% algodão, com gramatura mínima de 150 g/m², proporcionando conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo. Modelo com mangas longas, gola careca em ribana com reforço, costuras duplas reforçadas e acabamento de qualidade. Deverá conter estampa ou bordado com identificação institucional “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE” ou “ACS”, podendo incluir logomarca do Município e/ou do SUS, conforme padrão visual definido pela Administração. Cor padrão a ser definida pela Secretaria (preferencialmente clara ou conforme identidade visual institucional). Tamanhos M e G, conforme demanda. O produto deverá apresentar resistência a lavagens frequentes, mantendo suas características originais de cor, forma e estampa	60	UND	30,00	1.800,00
18	CAMISETA MANGA LONGA PARA AGENTES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: Camiseta confeccionada em malha de alta qualidade, preferencialmente 100% algodão ou composição mínima de 85% algodão, com gramatura mínima de 150 g/m², proporcionando conforto térmico, respirabilidade e resistência ao uso contínuo. Modelo com mangas longas, gola careca em ribana com reforço, costuras duplas reforçadas e acabamento de qualidade. Deverá conter estampa ou bordado com identificação institucional “VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA” ou “AGENTE DE ENDEMIAS”, podendo incluir logomarca do Município, SUS ou Secretaria de Saúde, conforme padrão visual definido pela Administração. Cor padrão a ser definida pela Secretaria (preferencialmente cores claras ou conforme identidade visual institucional). Tamanhos M e G, conforme demanda. O produto deverá apresentar resistência a lavagens frequentes, mantendo suas características originais de cor, forma e estampa	20	UND	30,00	600,00
19	CAMISSETAS PARA CAMPANHAS DE SAÚDE: Camisetas confeccionadas em malha de qualidade, preferencialmente 100% algodão ou composição mínima de 70% algodão, com gramatura mínima de 140 g/m², proporcionando conforto térmico, respirabilidade e adequação ao uso em ações externas e eventos públicos. Modelo com mangas curtas, gola careca em ribana com reforço, costuras resistentes e acabamento adequado. Deverá conter estampa personalizada em silk screen ou similar, na parte frontal e/ou traseira, conforme layout fornecido pela Administração, com temas relacionados às campanhas de saúde pública (ex.: vacinação, combate à dengue, prevenção de doenças, entre outros). Cores variadas, conforme identidade visual de cada campanha. Tamanhos diversos (P, M, G, GG ou superior), conforme demanda. O produto deverá apresentar boa fixação da estampa, resistência a lavagens e manutenção das características originais	500	UND	40,73	20.365,00



20	Toucas para Programas da Assistência Social e Merendeiras da Educação	500	UND	10,99	5.495,00
VALOR TOTAL					R\$ 225.079,60

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica, operacional e produtiva suficiente para atender integralmente às demandas do Município durante toda a vigência contratual.

Todo o processo de confecção deverá observar padrões industriais de qualidade, garantindo uniformidade entre as peças produzidas, inclusive quanto às tonalidades dos tecidos, cores das estampas, posicionamento das logomarcas, medidas, acabamento e costuras.

A contratada deverá fornecer exclusivamente produtos novos, confeccionados especialmente para a presente contratação, sendo vedado o fornecimento de peças usadas, reconcondionadas, reaproveitadas, com defeitos ou provenientes de estoques antigos.

Os materiais utilizados deverão possuir procedência conhecida e qualidade compatível com as normas técnicas aplicáveis ao setor têxtil.

A empresa deverá possuir estrutura suficiente para atender fornecimentos parcelados durante toda a execução contratual, mantendo regularidade no abastecimento das Secretarias Municipais.

Sempre que solicitado, deverá disponibilizar profissional responsável para esclarecimento de dúvidas relacionadas às especificações técnicas, ajustes de modelagem, aprovação de layouts ou acompanhamento da produção.

A contratada responderá integralmente por quaisquer defeitos de fabricação, diferenças de tonalidade, falhas de personalização ou desconformidades verificadas após a entrega.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Na execução contratual deverão ser observadas práticas que promovam o desenvolvimento sustentável, buscando minimizar impactos ambientais durante o processo produtivo.

A contratada deverá priorizar processos de fabricação que reduzam desperdícios de matérias-primas, consumo de água, geração de resíduos sólidos e emissão de poluentes, sempre que tecnicamente possível.

As embalagens utilizadas deverão ser compatíveis com o transporte seguro dos produtos, evitando excessos de materiais plásticos desnecessários.

Os resíduos provenientes do processo produtivo deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando a legislação vigente.

Sempre que possível, deverão ser utilizados insumos provenientes de fornecedores regularmente constituídos e que observem normas ambientais e trabalhistas.



A Administração poderá solicitar informações acerca das práticas ambientais adotadas pela empresa sempre que entender necessário.

8. DA PERSONALIZAÇÃO DAS PEÇAS

Grande parte dos produtos será personalizada com brasão oficial do Município, logomarcas das Secretarias Municipais, programas governamentais, campanhas educativas, inscrições institucionais, slogans, artes gráficas e demais elementos definidos pela Administração.

A arte final será disponibilizada pela contratante em formato digital compatível com o processo de produção.

A contratada será responsável pela adaptação técnica da arte, preservando integralmente suas características gráficas, cores institucionais, proporções e qualidade visual.

Antes do início da produção em larga escala, a Administração poderá solicitar prova digital ou peça piloto para conferência da arte.

Nenhuma produção será iniciada sem autorização da fiscalização contratual quando houver necessidade de aprovação prévia.

Todas as despesas relativas à personalização correrão por conta exclusiva da contratada, não sendo admitida cobrança adicional.

Caso sejam constatados erros de impressão, posicionamento incorreto das logomarcas ou divergências em relação ao layout aprovado, a substituição ocorrerá integralmente às expensas da contratada.

9. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

A Administração poderá exigir a apresentação de amostras do licitante provisoriamente vencedor, sempre que considerar necessário para verificação da qualidade dos materiais ofertados.

A exigência de amostras, quando ocorrer, será limitada aos itens considerados tecnicamente relevantes, sendo convocado apenas o primeiro colocado de cada item.

As amostras deverão ser entregues no mesmo prazo estabelecido no edital para entrega dos produtos, devidamente identificadas, contendo exatamente as especificações constantes da proposta apresentada.

A avaliação será realizada por comissão designada pela Administração, observando aspectos como:

- qualidade do tecido;
- acabamento;
- resistência das costuras;
- fidelidade das cores;



- qualidade da personalização;
- conforto;
- gramatura;
- modelagem;
- medidas;
- conformidade com as especificações técnicas.

A reprovação da amostra implicará desclassificação do respectivo item, sendo convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

As amostras aprovadas poderão ser utilizadas como padrão de referência durante toda a execução contratual.

10. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade das Secretarias Municipais, mediante emissão de Autorização de Fornecimento.

O prazo máximo para entrega será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, salvo prazo diverso estabelecido em razão da complexidade da personalização solicitada.

As entregas deverão ocorrer no Município de Bonfim do Piauí – PI, em local previamente indicado pela Administração Municipal, durante o horário normal de expediente.

Todas as despesas com transporte, seguro, carga, descarga, tributos, embalagens, fretes e demais custos correrão exclusivamente por conta da contratada.

Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, protegidos contra danos durante o transporte e identificados conforme cada pedido realizado.

A contratada deverá substituir imediatamente qualquer produto entregue em desacordo com as especificações técnicas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial da quantidade, integridade das embalagens e aparência geral dos produtos.

Posteriormente será realizada conferência detalhada das especificações técnicas, personalização, tamanhos, qualidade dos tecidos, acabamento, costuras e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

Verificada qualquer desconformidade, a Administração notificará a contratada para promover a substituição dos produtos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da notificação.



Somente após a completa verificação da conformidade dos produtos será emitido o recebimento definitivo.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos eventualmente identificados durante a utilização das peças.

12. GARANTIA DOS PRODUTOS

A contratada garantirá a qualidade dos produtos fornecidos durante todo o período de utilização normal, responsabilizando-se por defeitos de fabricação, costuras defeituosas, falhas na personalização, desbotamentos prematuros, deformações, encolhimentos excessivos, desprendimento de estampas ou qualquer vício decorrente do processo produtivo.

Caso sejam constatados defeitos de fabricação, a contratada deverá promover a substituição integral da peça, sem qualquer custo para a Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação formal.

A garantia não excluirá outras responsabilidades previstas na legislação aplicável nem afastará o dever da contratada de reparar integralmente os prejuízos eventualmente causados à Administração em decorrência do fornecimento de produtos inadequados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, neste Termo de Referência e no instrumento contratual:

I – fornecer todos os produtos rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, da proposta vencedora e da Autorização de Fornecimento;

II – confeccionar as peças utilizando matérias-primas novas, de primeira qualidade, observando os padrões de acabamento, costura, resistência, modelagem e personalização exigidos pela Administração;

III – responsabilizar-se integralmente pela confecção, embalagem, transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos, sem qualquer ônus adicional para o Município;

IV – cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para entrega, substituição e garantia dos produtos;

V – substituir, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito de fabricação, divergência de especificação, erro de personalização, vício de qualidade ou qualquer desconformidade constatada pela fiscalização;

VI – manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;



VII – comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento do contrato;

VIII – responder integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual;

IX – observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental e demais normas aplicáveis às suas atividades;

X – manter sigilo sobre artes, layouts, informações institucionais e demais documentos fornecidos pela Administração;

XI – disponibilizar representante para acompanhar a execução contratual sempre que solicitado;

XII – responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução contratual;

XIII – não transferir, subcontratar ou ceder total ou parcialmente o objeto contratado sem autorização formal da Administração;

XIV – garantir uniformidade na produção das peças durante toda a vigência contratual, mantendo padrão de qualidade idêntico ao apresentado na proposta e nas amostras eventualmente aprovadas.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete ao Município de Bonfim do Piauí – PI:

I – emitir as Autorizações de Fornecimento de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais;

II – disponibilizar as artes, logomarcas, brasões, campanhas, layouts e demais elementos gráficos necessários à personalização das peças;

III – acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor formalmente designado;

IV – conferir os produtos entregues quanto às especificações, quantidades e qualidade;

V – rejeitar produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;

VI – efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no contrato;

VII – comunicar formalmente quaisquer irregularidades verificadas durante a execução contratual;

VIII – fornecer todas as informações necessárias ao adequado cumprimento do objeto contratado;



IX – aplicar as penalidades cabíveis quando constatado descumprimento das obrigações contratuais.

15. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pela Administração Municipal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Compete ao fiscal do contrato verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, acompanhando todas as etapas do fornecimento, desde a emissão da Autorização de Fornecimento até o recebimento definitivo dos produtos.

Serão objeto de fiscalização, entre outros aspectos:

- cumprimento dos prazos de entrega;
- qualidade dos tecidos;
- acabamento das peças;
- resistência das costuras;
- conformidade das personalizações;
- observância das especificações técnicas;
- quantidades entregues;
- acondicionamento dos produtos;
- substituição de peças rejeitadas.

O fiscal registrará em relatório próprio todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, determinando as providências necessárias à regularização das falhas eventualmente constatadas.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela perfeita execução do objeto.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será efetuado exclusivamente pelos produtos efetivamente fornecidos, recebidos definitivamente e atestados pelo fiscal do contrato.

A contratada deverá apresentar Nota Fiscal correspondente aos produtos entregues, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas durante a execução contratual.

Após o recebimento definitivo e o atesto da documentação, o pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias**, mediante transferência bancária para conta de titularidade da contratada.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de regularização de obrigações contratuais, fiscais, trabalhistas ou previdenciárias.

Na hipótese de rejeição de produtos, o prazo para pagamento ficará suspenso até que todas as irregularidades sejam sanadas.



Os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses, observadas as hipóteses legais de reajuste previstas na legislação.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

- advertência;
- multa moratória pelo atraso injustificado na entrega;
- multa compensatória pelo inadimplemento contratual;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- declaração de inidoneidade, quando cabível.

A aplicação das penalidades levará em consideração:

- gravidade da infração;
- extensão do dano causado;
- vantagem obtida pela contratada;
- reincidência;
- boa-fé;
- circunstâncias agravantes ou atenuantes.

A multa eventualmente aplicada poderá ser descontada dos créditos da contratada ou cobrada administrativamente ou judicialmente.

18. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por lote**, observadas todas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e do Edital.

Somente serão classificadas as propostas que atenderem integralmente às exigências estabelecidas para os produtos.

Serão desclassificadas as propostas que:

- apresentarem preços inexequíveis ou excessivos;
- estiverem em desacordo com as especificações técnicas;
- contiverem informações incompatíveis com o objeto;
- apresentarem omissões capazes de comprometer sua análise.

A Administração poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, desde que não impliquem alteração da proposta.



19. JUSTIFICATIVA PARA O JULGAMENTO POR LOTE

O critério de julgamento por lote mostra-se técnica e administrativamente mais vantajoso para a presente contratação, considerando que os itens que compõem cada lote possuem natureza semelhante, são destinados à mesma finalidade e apresentam estreita relação quanto aos processos de fabricação, personalização, logística de produção e fornecimento.

A reunião dos itens em lotes possibilita que uma única empresa seja responsável pela confecção e entrega dos produtos de características correlatas, garantindo a padronização dos tecidos, das cores, dos acabamentos, das modelagens, das costuras e dos processos de personalização, preservando a identidade visual institucional do Município e assegurando uniformidade entre as peças utilizadas pelas diversas Secretarias Municipais.

Sob o aspecto operacional, a contratação por lote simplifica a gestão contratual, reduz o número de contratos, ordens de fornecimento, procedimentos de fiscalização, recebimentos, liquidações e pagamentos, proporcionando maior eficiência administrativa e melhor controle da execução contratual, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

Além disso, a divisão por lote reduz significativamente o risco de fornecimento de peças confeccionadas com padrões distintos de qualidade, tonalidade, acabamento ou personalização, situação que poderia ocorrer caso empresas diferentes fossem contratadas para fornecer produtos destinados à mesma finalidade institucional.

A adoção desse critério também tende a ampliar a competitividade entre empresas do ramo de confecção, uma vez que fornecedores especializados normalmente possuem capacidade produtiva para atender integralmente aos lotes, permitindo a obtenção de propostas mais vantajosas em razão da economia de escala, da otimização dos custos de produção e da redução das despesas logísticas.

Ressalta-se que a formação dos lotes foi realizada observando critérios técnicos de similaridade entre os produtos, inexistindo agrupamento de itens sem relação entre si ou que possa restringir injustificadamente a competitividade do certame. Assim, a opção pelo julgamento por lote encontra-se devidamente motivada, atende ao interesse público e revela-se a solução mais eficiente para assegurar a padronização, a qualidade dos produtos e a adequada execução do objeto contratado.

20. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

A vigência contratual permitirá o atendimento das demandas das Secretarias Municipais ao longo de todo o exercício, possibilitando o fornecimento parcelado dos produtos conforme as necessidades administrativas.



A existência do contrato não obriga a Administração à aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, constituindo estes mera expectativa de consumo, sendo os fornecimentos realizados de acordo com a efetiva necessidade do Município.

Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

21. REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato.

Após esse período, caso haja prorrogação contratual, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice oficial adotado pela Administração para contratos de fornecimento de bens, observada a legislação vigente e a demonstração do efetivo transcurso do período mínimo legal.

O reajuste dependerá de requerimento da contratada, acompanhado da documentação necessária, e somente produzirá efeitos após análise e aprovação da Administração.

22. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente.

Poderão ocorrer alterações quantitativas ou qualitativas do objeto, desde que mantida sua natureza e observados os limites legais.

Toda alteração contratual deverá ser formalizada mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

23. EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando exigidos.

Constituem motivos para extinção, entre outros:

- descumprimento das obrigações contratuais;
- atraso injustificado na execução;
- fornecimento de produtos em desacordo com as especificações;
- paralisação injustificada do fornecimento;
- falência ou dissolução da empresa;
- razões de interesse público devidamente motivadas;
- demais hipóteses previstas em lei.



Na hipótese de extinção por culpa da contratada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na legislação e no contrato, sem prejuízo da apuração das perdas e danos eventualmente causados ao Município.

24. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município de Bonfim do Piauí – PI, vinculadas às Secretarias Municipais participantes da contratação.

A indicação específica das dotações será realizada por ocasião da formalização do contrato e da emissão das respectivas Notas de Empenho, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira.

25. MATRIZ DE RISCOS

Para fins de adequada gestão contratual, identificam-se os principais riscos relacionados à execução do objeto e as respectivas medidas de mitigação.

Risco	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medida Mitigadora
Atraso na entrega	Média	Alto	Contratada	Planejamento da produção e controle logístico
Erro na personalização	Média	Médio	Contratada	Aprovação prévia das artes pela fiscalização
Divergência de tamanhos	Média	Médio	Ambas as partes	Conferência das medidas antes da produção
Defeitos de fabricação	Baixa	Alto	Contratada	Controle de qualidade durante a produção
Oscilação no fornecimento de matéria-prima	Média	Médio	Contratada	Manutenção de estoque mínimo de insumos
Rejeição dos produtos	Baixa	Alto	Contratada	Observância rigorosa das especificações técnicas
Alteração das demandas das Secretarias	Média	Baixo	Contratante	Planejamento das Autorizações de Fornecimento



A fiscalização deverá acompanhar continuamente a execução contratual, adotando medidas preventivas sempre que identificar situações que possam comprometer o fornecimento.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os quantitativos constantes da planilha de itens representam estimativa de consumo para o período de vigência contratual, podendo sofrer variações conforme as necessidades administrativas.

A Administração poderá solicitar peças em diferentes tamanhos, cores e modelos previstos neste Termo de Referência, observando os quantitativos contratados.

As artes, logomarcas, campanhas e demais elementos gráficos poderão variar conforme a Secretaria solicitante, sem alteração do objeto da contratação.

A contratada deverá manter padrão uniforme de qualidade durante toda a execução contratual, assegurando que todas as peças apresentem características idênticas às aprovadas durante a fase inicial da contratação.

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios da Administração Pública e nas demais normas aplicáveis.



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27
Rua Emílio Baião, s/n Centro 64.775-000

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 025/2026
PROCEDIMENTO Nº 008/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
CONTRATO Nº ____/2025

O MUNICÍPIO DE BONFIM DO PIAUÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Bonfim do Piauí, situada à Rua Emilio Baião, S/N, Centro, Cep-64.775-000 CNPJ (MF) Nº 41.522.210/0001-27 neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Paulo Henrique Ribeiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante chamado abreviadamente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, com sede e foro na cidade de _____, Estado do _____, estabelecida na _____, nº _____, Centro, CEP _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, inscrição estadual sob o nº _____, doravante chamada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação, pela Prefeitura Municipal de Bonfim do Piauí-PI, do Pregão Eletrônico nº 008/2026, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 025/2026 e o que mais consta do citado Processo Administrativo que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133, de 01/04/21, com as alterações nela introduzidas até a presente data, as quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O objeto do presente instrumento é o Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de fardamentos personalizados destinados ao uso dos servidores públicos das secretarias municipais e dos alunos da rede pública de ensino do Município de Bonfim do Piauí – PI, com o objetivo de promover a padronização visual, a identificação funcional e escolar, além de assegurar conforto, segurança e valorização dos usuários durante o exercício de suas atividades e a participação nas ações educativas, conforme anexo I, em decorrência do êxito alcançado pela Contratada no processo licitatório nº025/2026, Procedimento nº 008/2026, sob a modalidade Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Integram e complementam o presente Contrato, independentemente de transcrição o processo licitatório nº 025/2026, Procedimento nº 008/2026, sob a modalidade Pregão Eletrônico e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão por conta dos recursos municipais e FPM / FME / FMS / FMAS / ICMS / RECURSOS PRÓPRIOS

Parágrafo Único: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.



CLÁUSULA QUARTA:

A **CONTRATADA**, se obrigará a prestar dos serviços de acordo com sua proposta, de forma a atender as exigências da **CONTRATANTE**.

§ 1º - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie e demais despesas que incidam ou venham a incidir sobre a prestação do serviço objeto deste contrato;

§ 2º - Solicitar, por escrito à **CONTRATANTE**, mediante prévia justificativa, eventuais prorrogações do prazo contratual;

CLÁUSULA QUINTA:

A prestação dos serviços será mediante termo de requisição do setor competente da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA:

A **CONTRATADA** é responsável por todos os encargos sociais, trabalhistas e sindicais decorrentes do pessoal que empregar, bem como os outros relacionados ao fornecimento que contratar, inclusive perante terceiros, a quem responderá diretamente.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A **CONTRATADA** será a responsável pela condução de todos os trabalhos mencionados neste Contrato e na Proposta, cabendo-lhe manter os entendimentos necessários com a **CONTRATANTE**, no decorrer da prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA:

O valor contratado é de R\$ _____ (_____), que será pago mediante a prestação dos serviços, além do encaminhamento da nota fiscal, recibos, documentação de regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, INSS e FGTS para a tesouraria da Prefeitura Municipal de Bonfim do Piauí -PI, sob pena de não efetivação do pagamento.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

CLÁUSULA NONA:

A critério exclusivo da **CONTRATANTE** ou por mútuo acordo, o presente Contrato poderá a qualquer tempo ser rescindido, no todo ou em parte, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, cabendo à **CONTRATADA**, receber o que lhe for devido até a data da rescisão ou, ainda, se a **CONTRATADA**:

a) Deixar de cumprir os prazos estipulados no Edital;

b) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA:

No decorrer do prazo contratual não serão levados em consideração comunicações verbais. Todas as comunicações que envolvam a execução deste contrato, de cada parte à outra, serão consideradas como suficientes se feitas por escrito e entregues sob protocolo ou qualquer outro meio que comprove o recebimento.



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27
Rua Emílio Baião, s/n Centro 64.775-000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O presente contrato vigorará pelo prazo de um ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite estabelecido no art. 107 da lei 14.133/21, sendo também permitido aditivar o valor nos limites permitidos pela lei 14.133/21 e seus alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

As partes elegem de pleno e comum acordo, o foro da cidade de cidade de XXXXXXXX - PI, para dirimir dúvidas ou resolver questões oriundas do presente contrato, desde que não seja possível resolvê-las prévia e amigavelmente.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Bonfim do Piauí (PI), ____ de _____ de _____.

XXXXXXX
Prefeito Municipal

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____